



153

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 329996-9 – Recife (28ª Vara Cível)

Agravante: Severino Francisco Rodrigues

Agravado: Celpe – Companhia Energética de Pernambuco

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

**EMENTA: CONSUMIDOR E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE FATURA DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE DO MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA. PROVA INSUFICIENTE DA ALEGADA FRAUDE. LAUDO UNILATERAL. IMPRESTABILIDADE. CANCELAMENTO DO DÉBITO. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. É defeso impor ao consumidor débito que não tem sua origem comprovada, não se podendo afirmar, com base em prova unilateral, a existência de fraude no medidor de energia elétrica.
2. Ao imputar unilateralmente irregularidade nos equipamentos medidores de energia elétrica, sob a ameaça de corte, a CELPE fere o princípio constitucional do devido processo legal e o princípio da boa-fé objetiva.
3. Não é possível, no Estado Democrático de Direito, permitir à pessoa jurídica interessada atribuir, mensurar e impor a existência de adulteração no medidor, estipulando os valores que reputar devidos.
4. Não se desincumbindo a concessionária da tarefa de comprovar que tenha ocorrido adulteração no medidor, uma vez que a fraude não pode ser presumida, o débito perseguido deve ser anulado.
5. A indenização por dano moral, porém, pressupõe efetiva demonstração do prejuízo experimentado, bem assim da sua relevância no plano subjetivo do agente.
6. O mero envio de cobranças indevidas à residência do Autor não é suficiente para caracterizar o dano moral.
7. Recurso não provido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado

Recife, 14 de maio de 2014.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator



154

Quinta Câmara Cível  
Recurso de Agravado na Apelação Cível nº 329996-9 – Recife (28ª Vara Cível)  
Agravante: Severino Francisco Rodrigues  
Agravado: Celpe – Companhia Energética de Pernambuco  
Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## Relatório

Decisão agravada fls. 135/137 da Apelação Cível nº 329996-9.

No primeiro grau foi proferida sentença na *ação declaratória de inexistência de débito c/c antecipação de tutela e danos materiais e morais*, proposta pelo apelante contra **Celpe – Companhia Energética de Pernambuco**, a qual declarou a nulidade da fatura no valor de R\$ 4.221,04, referente ao contrato de energia elétrica nº 0420233027, tornando definitivo o provimento liminar e deixou de impor condenação relativa aos honorários advocatícios, face à sucumbência recíproca, pelo fato de ter sido negado os danos morais pleiteados.

Contra essa decisão foi interposta apelação, à qual, monocraticamente, neguei seguimento por entender que matéria tratada no apelo está em confronto com jurisprudência dominante do STJ.

Contra o julgado monocrático, o recorrente interpôs este recurso de agravo, objetivando a reforma do mesmo, repetindo os termos dos argumentos apresentados no apelo, insistindo na reforma da sentença para condenar a recorrida em danos morais e honorários advocatícios.

Pugna pela reforma da decisão recorrida.

É o Relatório.

Recife, 14 de maio de 2014.

Des. Jovaldo Nunes Gomes

Relator



155

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravado na Apelação Cível nº 329996-9 – Recife (28ª Vara Cível)

Agravante: Severino Francisco Rodrigues

Agravado: Celpe – Companhia Energética de Pernambuco

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## Voto

Não vislumbrando razões para exercer o juízo de retratação, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

A decisão agravada está vazada nos seguintes:

“DECISÃO TERMINATIVA. Sentença às fls. 85/90. Trata-se de recurso de apelação interposto por **Severino Francisco Rodrigues**, contra sentença proferida pelo Juiz da 28ª Vara Cível da Capital, que julgou parcialmente procedente a *ação declaratória de inexistência de débito c/c antecipação de tutela e danos materiais e morais*, proposta pelo apelante contra **Celpe – Companhia Energética de Pernambuco**, a qual declarou a nulidade da fatura no valor de R\$ 4.221,04, referente ao contrato de energia elétrica nº 0420233027, tornando definitivo o provimento liminar e deixou de impor condenação relativa aos honorários advocatícios, face à sucumbência recíproca. Na apelação (fls. 91/97), o recorrente arguiu que os danos morais lhe são devidos, pois, a emissão de fatura de dívida inexistente, aferida por meio de perícia unilateral, faz presumir o dano moral, vez que a conduta ilícita perpetrada pela concessionária de serviço público, ora apelada o ameaçou e constrangeu, expondo-o à situação vexatória. Alega, ainda, que não há que se falar em sucumbência recíproca em razão da procedência parcial dos pedidos e da sucumbência mínima da parte autora, nos termos do parágrafo único do art. 21 do CPC. Devidamente intimada, a parte apelada apresentou contrarrazões (fls. 120/127) requerendo que fosse negado provimento ao recurso, mantendo-se a sentença em todos os seus termos. É o relatório. **Decido.** Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade. Cinge-se o debate do presente recurso acerca do cabimento ou não de indenização por danos morais, por motivo de cobrança de fatura feita por estimativa de carga, por decorrência de suposta fraude no medidor. De início, cumpre esclarecer que a presente causa se trata de relação consumerista, devendo ser regida pelos ditames da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), que autoriza a inversão do ônus da prova a bem do hipossuficiente/consumidor, conforme preceitua o seu Art. 6º, inciso VII. Assim sendo, é ônus da empresa ré, ora apelante, demonstrar, de forma inequívoca, a veracidade de seus argumentos e desconstituir o direito do consumidor. Como sabido, é certo e lícito, que a Concessionária pode inspecionar as instalações elétricas das unidades consumidoras, com a intenção óbvia de verificar a ocorrência de irregularidades. De outro turno, não lhe é defeso apurar e faturar/cobrar unilateralmente eventual e/ou suposta diferença entre a energia faturada e aquela consumida. Em que pese



156

não ser convincente a prova da alegada irregularidade no medidor, por obtida exclusivamente de modo unilateral, por agentes da fornecedora de energia elétrica, tenho que ao exercer seus poderes de autotutela, a concessionária respeitou os limites da razoabilidade e não expôs o consumidor apelante à situação vexatória. Desta feita, merece destaque o fato de que a jurisprudência do STJ há muito consolidou o entendimento de que "para que a indenização por dano moral seja procedente é necessário que haja alguma atitude que exponha o consumidor a uma situação de humilhação, de constrangimento" (STJ - REsp 658975 / RS; Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO (1108); T3 - TERCEIRA TURMA; DJ 26/02/2007 p. 583), hipótese inexistente nos autos. Não tendo havido corte no fornecimento de energia elétrica pela empresa fornecedora, tampouco a imposição de situação que abalasse a privacidade ou dignidade do apelante, não restou caracterizado o dano moral pretendido. A respeito do assunto esta Corte tem se pronunciado: APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR: UTILIZAÇÃO DO PROTOCOLO POSTAL. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS AGÊNCIAS DOS CORREIOS. CONTESTAÇÃO TEMPESTIVA. ACOLHIDA. MÉRITO: INSPEÇÃO REALIZADA EM UNIDADE DE CONSUMO. IRREGULARIDADES NO MEDIDOR. DERIVAÇÃO CLANDESTINA. DÉBITOS PRETÉRITOS. CORTE INDEVIDO. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA DIFERENÇA APURADA. MULTA APLICADA. ABUSIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INEXISTÊNCIA DE CORTE. MERA COBRANÇA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Afigura-se tempestiva a peça contestatória, pois em plena consonância com a Resolução nº 156 de 13/11/2001 (DOPJ 14/11/2001), cujo art. 8º, estabelece que, para utilização do Sistema de Protocolo Postal deverá ser observado o horário de funcionamento das agências dos Correios no Estado de Pernambuco. Preliminar acolhida, para reformar a sentença nesse capítulo. 2. Constatada irregularidade na unidade de consumo em face de derivação clandestina, por ligação direta da rede da fornecedora, deixando de registrar o regular consumo, é legítima a apuração e cobrança da diferença de consumo com base nos meses subsequentes à inspeção. 3. O denominado custo administrativo (multa) constante da cobrança, em que pese devida, mostra-se abusiva. O percentual de 30% previsto no art. 73 da Resolução é excessivo, autorizando-se, num juízo de equidade, permitido na Lei n. 9.099/95 e no Código de Defesa do Consumidor, a sua redução para 15%. 4. No tocante à suspensão do fornecimento do serviço, o STJ firmou o entendimento de que, em se tratando de débitos antigos, é indevido o corte de energia elétrica, porquanto tais débitos deverão ser cobrados pelas vias ordinárias de cobrança. 5. Indevida indenização por dano moral quando não houver a suspensão ou corte no fornecimento de energia, de modo que a mera cobrança do valor faturado a título de recuperação de consumo não configura dano moral. 6. Recurso parcialmente provido, para excluir a condenação por danos morais. Decisão unânime. (TJ-PE - APL: 496200700000190 PE 188494-0, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 26/04/2011, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 90) Nestes termos, verifica-se que o recurso não reúne condição de êxito, por estar o apelo em manifesto confronto com a jurisprudência



157

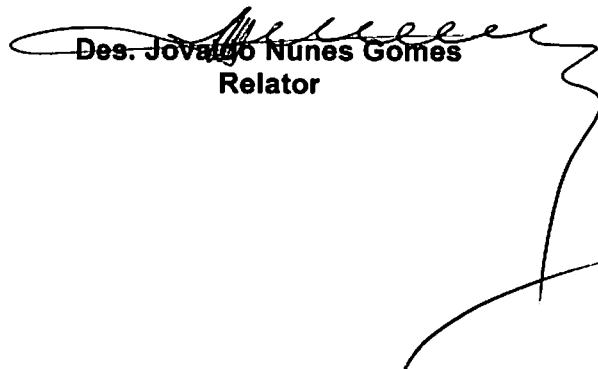
dominante deste e do Superior Tribunal de Justiça, podendo o relator, monocraticamente, negar seguimento ao recurso, em homenagem ao princípio da economia processual. Ante o exposto, considerando que a sentença está em conformidade com a jurisprudência do STJ, **NEGO SEGUIMENTO**, o que faço com fundamento no art. 557, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco. Publique-se. Intimem-se. Recife, 10 de abril de 2014. **Des. Jovaldo Nunes Gomes. Relator**".

Não observo, nas razões recursais motivos que possam ensejar mudança no entendimento esposado na decisão combatida, posto que o recorrente tratou apenas de repetir os argumentos por ele formulados nas razões do apelo.

Destaque-se, mais uma vez, que não houve corte no fornecimento de energia elétrica pela empresa fornecedora, tampouco a imposição de situação que abalasse a privacidade ou dignidade do agravante a ensejar a imposição de danos morais.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo integralmente a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto

  
**Des. Jovaldo Nunes Gomes**  
**Relator**